

APRESENTAÇÃO

Maria Helena Versiani¹

Mario Chagas²

Fé pra quem é forte, fé pra quem é foda

Fé pra quem não foge a luta

Fé pra quem não perde o foco

Fé pra enfrentar esses filha da puta.³

I

A vida, o fluir da vida e a celebração da vida alimentam esta publicação. Este é um livro (ou melhor, uma revista) de becos, vias e vielas, ruas e ruelas que compõem o tecido de memória que delinea a possível cidade desta publicação que coloca em movimento histórias, museologias, patrimônios, ciências, filosofias, religiões e artes.

Pedimos a benção à Conceição Evaristo, homenageada em mural do projeto NegroMuro,⁴ que honra a memória negra por meio da arte urbana e que também nos honra na capa desta publicação, sendo uma força de resistência e ação no combate às diversas faces do autoritarismo.

Esta publicação, por meio de ensaios e pesquisas acadêmicas, bebe na fonte do diálogo com as sensibilidades, com as vivências da alteridade e com os coletivos, com a vida social em

¹ Doutora em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV), com pós-doutoramento em História (UFF) e pesquisadora no Museu da República. E-mail: mversiani3@gmail.com. Brief resume: PhD in History, Politics, and Cultural Heritage (CPDOC/FGV), with postdoctoral training in History at the Fluminense Federal University (UFF), and researcher at the Museum of the Republic.

² Poeta, museólogo, doutor em Ciências Sociais (Uerj), diretor da Escola de Museologia e professor do Departamento de Estudos e Processos Museais e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Unirio. E-mail: pmariosc@gmail.com. Brief resume: Poet and museumologist, PhD in Social Sciences (UERJ), Director of the School of Museology, and Professor in the Department of Museum Studies and Processes and in the Graduate Program in Museology and Heritage at Unirio.

³ Trecho de "Fé", canção lançada em 2022, composta por Iza, Sérgio Santos, Pablo Bispo, Ruxell, Lukinhas, Henrique Bacellar, Pierro Junior, Fabinho Legramande e WK.

⁴ O projeto NegroMuro, criado em 2018 pelo muralista e artista plástico Cazé (Fernando Sawaya) e pelo produtor e pesquisador Pedro Rajão, constrói uma cartografia da memória negra na cidade do Rio de Janeiro, por meio da arte urbana. Entre os mais de sessenta murais pintados, há representações de Carolina de Jesus, Elza Soares, João Cândido, Mãe Beata, Marielle Franco, Selminha Sorriso e muitas mais. Disponível em: <https://negromuro.com.br/>. Acesso em: 19 dez.2025.

relação, com o movimento dos barcos⁵ dos afetos e tudo isso é materializado em textos escritos que dialogam com as questões de raça, classe, gênero, memória, educação, museologia, patrimônio e museu.

Ainda pedindo a benção à Conceição e às suas parentes e crias, Ponciá Vicêncio, Maria Vicêncio e Nêngua Kainda, gostaríamos de compreender que as escritas acionam memórias e também se revelam na musicalidade. Por esse caminho, intuímos que a experiência de criação poética está presente nas cantorias e danças dos terreiros de candomblé e umbanda, nas músicas gravadas por Dona Ivone Lara, Clementina de Jesus, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Elza Soares e, mais recentemente, nas vivências artísticas e musicais de Criolo, Emicida, Luedji Luna e Leniker, bem como na poética de alguns raps e, particularmente, na letra e na música popularizada por Iza (Isabela Cristina Correia de Lima Lima), citada na epígrafe.

O Narrador,⁶ presente nos escritos de Walter Benjamin, em nosso entendimento, dialoga com Conceição Evaristo, não pelo anúncio do declínio da narrativa e da aura, mas pela força e pela potência das sobrevivências e afirmações que vivem e respiram nos textos da escritora.

Esta é uma publicação que se sustenta com foco na vida, na parceria que autoras e autores alimentam com a Museologia Social, a Educação Museal e outras museologias e pedagogias possíveis⁷, sempre escovadas a contrapelo⁸.

⁵ “Movimento dos barcos” é o título de uma canção de Jards Macalé e Capinam, lançada em 1971.

⁶ O Narrador em Walter Benjamin está em conexão com os saberes da comunidade, a vivência coletiva; não individualiza a informação, não fraciona a experiência, não produz solidão. Ver BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

⁷ As museologias e pedagogias do possível aludem à pedagogia dos sonhos possíveis de Paulo Freire, onde sonhar é uma condição ontológica do Ser. É preciso sonhar um mundo de direitos e justiça e, a cada dia, agir para fazer valer os sonhos. Recusando-se a aceitar o *status quo*, Freire mira nas possibilidades de transformação, em que a esperança e o sonho são ferramentas de conscientização e construção de uma realidade mais democrática e humanitária. Ver FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

⁸ Walter Benjamin critica a visão positivista que toma o passado como algo que já aconteceu, já foi, não pode ser transformado. Sob outra perspectiva, afirma que o passado pode sim ser transformado, porque, afinal, nada mais é do que uma interpretação feita no presente. Para Benjamin, o passado precisa ser reinterpretado e recontado a contrapelo da história dos vencedores. Recontar o passado a contrapelo é contar a história dos vencidos. Toda luta contra a opressão no presente implica uma luta pela reconfiguração do passado, uma vez que o passado historiciza o presente. Para desconstruir alguma realidade no presente é preciso desconstruir também a história que dá sentido a essa realidade. Ver BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232. (Obras escolhidas, v.1).

II

Em março de 2024, lançamos (Maria Helena Versiani e Mario Chagas) a chamada pública para uma edição especial dos Anais do Museu Histórico Nacional (MHN) com o tema “A Museologia Social e outras museologias possíveis: o museu que não cuida da vida não cuida de nada”.⁹ A chamada pública teve boa acolhida e no ano seguinte, em abril de 2025, publicamos o volume 59 dos Anais do MHN.

Há, aqui também, um diálogo em movimento; uma conversa que conecta o dossiê publicado nos Anais do MHN e este que agora toca os seus sentidos. Partindo dos Anais do MHN este diálogo se revela nos artigos que lá foram publicados, e, particularmente, na entrevista realizada com a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos e na apresentação do dossiê, elaborada por Maria Helena Versiani e Mario Chagas. Fazendo o movimento inverso, é possível dizer que este dossiê auxilia a compreensão daquele dossiê.

A apresentação a que nos referimos no parágrafo anterior sustenta a compreensão de que:

É notável que a Museologia Social no Brasil tenha chegado, em tão breve tempo, a esse lugar de destaque no coração da museologia convencional. É notável que a Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, criada em 1932, no Museu Histórico Nacional, ao comemorar os seus noventa anos (...), tenha atribuído, em abril de 2025, a sua medalha de Honra ao Mérito a um conjunto expressivo de iniciativas e de praticantes comprometidos com a Museologia Social, ainda que um ou outro professor mais ou menos renitente insista em dizer (sem argumentos plausíveis) que a Museologia Social não existe.¹⁰

Em relação a esses professores e professoras, elas e eles seguirão em seus caminhos, insistirão em dizer que a museologia é uma terra plana, e que a Educação Museal e a Museologia Social não existem. Em suas perspectivas, a museologia, desde sempre, é una, é uma e unificada e não há motivos para adjetivações e abordagens singulares.

⁹ A chamada de artigos para o dossiê “A Museologia Social e outras museologias possíveis: o museu que não cuida da vida não cuida de nada” projetou as seguintes temáticas: A teoria e a prática da Museologia Social no Brasil e na América Latina; A Museologia Indígena – do museu como “um leque de penas coloridas”; A Museologia do Axé – Exu matou um pássaro ontem, com a pedra que jogou hoje; A Museologia LGBTQIA+ e seus desafios políticos – pra não dizer que não falei das flores; As políticas públicas de cultura e museu – dos pontos de cultura aos pontos de memória; A arte contemporânea e a Museologia Social – passados presentes; e A Museologia da Acessibilidade. Ver CHAGAS, Mario; VERSIANI, Maria Helena. A Museologia Social e outras museologias possíveis: o museu que não cuida da vida não cuida de nada. *Anais do Museu Histórico Nacional* (Dossiê Temático), v. 59, 2025.

¹⁰ *Ibidem*, p. 3.

Quem lida mal com adjetivações deve mesmo ter cuidado com o terreno movediço dos museus, dos patrimônios e das memórias. A adjetivação é uma das evidências de que esses territórios são arenas de luta, de disputa ideológica; nada nesses territórios está pacificado. A musealidade, qualidade distintiva e identificada por grupos sociais específicos em bens naturais e culturais (tangíveis e intangíveis), é uma confirmação teórica e prática de que nos movimentamos no terreno movediço das adjetivações. Essa vereda conduz à compreensão de que não há uma essência na museologia, tudo ali é construção social; não há uma museologia pura, a sua potência está na impureza; não há uma museologia disciplinar e disciplinada, a sua forma de ser e estar *in-mundo* confirma-se em sua indisciplinaridade.

Olhando por outro ângulo, um conjunto expressivo de pessoas professoras, pesquisadoras, estudantes e técnicas consideram que toda museologia deveria ter um caráter social, que a museologia que faz sentido é aquela que está a serviço da vida e que cuida da vida, tanto em sua dimensão orgânica, quanto em sua dimensão social. Para essas pessoas, como está indicado na apresentação dos Anais do MHN:

A Museologia Social (...) é uma área de conhecimento que considera os museus não apenas como uma instituição ou um fenômeno que tem origem na Europa, por mais que essa abordagem faça sentido para a museologia convencional. A nossa experiência no campo da Museologia Social nos levou à compreensão de que estamos lidando com uma necessidade básica dos seres humanos. A arte é uma necessidade, a poesia faz parte dessas necessidades; a lida com o passado, com as memórias, com as heranças materiais, imateriais e espirituais, de um modo mais ou menos organizado, articulada com o desejo de projetá-las em outro tempo, também é uma necessidade humana, e a isso queremos chamar de imaginação museal (Chagas, 2009)¹¹. E essas imaginações museais mobilizam afetos poéticos e afetos políticos, movimentos criativos e movimentos de resistência – alguns desses afetos produzem mais vida e alegria, e amor e amizade, e solidariedade, e outros produzem ódio, inimizade, morte e depressão. A Museologia Social, em nosso entendimento, está comprometida com a produção de mais vida. Ela tem um forte componente político e emancipatório, e uma atuação crítica em relação aos cânones da museologia normativa, neoliberal, subordinada e dependente dos jogos do capital.¹²

Essas duas citações longas têm, entre outros, o objetivo de dizer que o nosso trabalho de organização de dossiês é orgânico e não nasceu agora. Temos a sorte acumulada na produção de textos e livros em parceria. Além disso, há muito provamos com gosto o fazer e o respeito pelo campo da Educação Museal e da Museologia Social.

¹¹ Ver CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: Museu, memória e poder* em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

¹² CHAGAS; VERSIANI, *op. cit.*, 2025, p. 8.

A compreensão de que a arte, a poesia, a música, a memória e o museu são necessidades humanas não tem nenhuma relação com uma hipotética crença numa essencialidade museológica.

III

Algumas propostas de museu, como é o caso do Museu de Favela (MUF)¹³, do Museu Vivo Nami¹⁴ e do Ecomuseu Amigos do Rio Joana¹⁵ (atualmente em estado de hibernação) trabalham com artistas do grafite para a composição de percursos museais à semelhança do circuito casas-tela que atravessa e está presente nas favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo e dos murais de grafite da favela Tavares Bastos. Em outras situações o que se verifica é o convite de alguns museus como o Museu da Maré¹⁶, o Museu Histórico Nacional¹⁷ e o Museu da

¹³ O MUF é um museu de território, fundado em 2008 por lideranças culturais moradoras das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, localizadas no maciço do Cantagalo, entre os bairros de Ipanema, Copacabana e Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro. É um museu a céu aberto, com acervo dos próprios moradores, constituindo também um circuito de casas-tela, em que as fachadas das casas são suporte para pinturas em grafite que contam a história desse território. O MUF também constitui um patrimônio natural da Mata Atlântica. Disponível em: <https://museudefavela.org/sobre-o-muf/>. Acesso em: 22 dez. 2025.

¹⁴ O Museu Vivo NAMI compreende um circuito de mais de cem murais na comunidade Tavares Bastos, no Catete, cidade do Rio de Janeiro. É um museu a céu aberto, com foco no combate à violência doméstica e na valorização de artistas mulheres, negras, LGBTQIAP+, com deficiência, indígenas e apoiadores da NAMI. Disponível em: <https://redenami.com/>. Acesso em: 22 dez. 2025.

¹⁵ O Ecomuseu Amigos do Rio Joana nasceu em 2013 de um coletivo da comunidade do Andaraí, na cidade do Rio de Janeiro, para conscientizar as pessoas a não mais jogarem lixo no Rio Joana. O projeto envolveu um trabalho de memórias e histórias desse rio, mostrando a sua importância para o ecossistema e a vida de muitos bairros da cidade, incluindo o Andaraí, e valorizando as memórias e histórias da comunidade local. Disponível em: https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana/?locale=pt_BR Acesso em: 22 dez. 2025.

¹⁶ Um grande mapa da favela da Maré, com a indicação de todas as suas localidades foi pintado em uma das paredes da Galeria de Arte voltada para o pátio interno. O Museu da Maré foi criado em 2006, por moradores do Complexo da Maré com a colaboração de parcerias de setores de universidades e outros órgãos públicos. Entre os seus objetivos destacava-se a construção de um lugar específico de memória e valorização das vivências, culturas e identidades locais. Na entrada do Museu da Maré, um mural grafitado de Dona Orosina Vieira, criado no âmbito do Projeto “NegroMuro”, faz bonita homenagem àquela mulher negra, mineira de Ubá, Minas Gerais, benzedeira, rezadeira e parteira, que nos anos 1940 instalou-se na região que, posteriormente, viria a ser denominada de Maré. Para muitas pessoas Dona Orosina Vieira é a mãe fundadora da favela Maré. Mas, este não é um assunto pacificado. Ver: https://wikifavelas.com.br/index.php/Museu_da_Mar%C3%A9 Acesso em 30 dez. 2025.

¹⁷ O Museu Histórico Nacional (MHN), no centro do Rio de Janeiro, criado em 1922, nasceu de ideário conservador. Frequentemente o museu busca realizar um ou outro projeto de ruptura com a genealogia institucional, mas nunca há garantia de sucesso e continuidade. Entre as tentativas de ruptura, está a criação, em 2009, de um painel em grafite produzido em muro lateral da instituição pelos artistas Acme, Airá Ocrespo e Machinal. A obra aborda a história do edifício.

República¹⁸ para artistas do grafite, consagrados ou não, realizarem intervenções em fachadas, painéis e muros internos e externos abordando temas específicos. O fato é que a arte do grafite entrou no território dos museus e tem um diálogo expressivo com a Museologia Social e a Educação Museal em perspectiva emancipadora. É o reconhecimento desse diálogo que nos levou a trazer para a capa¹⁹ da nossa revista o admirável mural que faz parte do projeto NegroMuro, localizado no Largo de São Francisco da Prainha, na região da Pequena África, na zona portuária do Rio de Janeiro, nas proximidades do Morro da Conceição e da Casa Escrevivência Conceição Evaristo.²⁰

O projeto NegroMuro está em movimento desde 2018, com uma forte militância contra o racismo, o apagamento e a produção de esquecimento. A dupla Cazé e Pedro Rajão constitui a base consistente do projeto. Até este momento, foram pintados mais de sessenta muros, paredes e paredões. O gráfico abaixo apresenta, ainda que de modo superficial, o conjunto de pinturas que fazem parte do projeto.



Fonte: <https://negromuro.com.br/>. Acesso em: 24 dez.2025. A figura acima está disponível na página oficial do projeto NegroMuro e traz um mapa estilizado e incompleto, ainda que muito criativo e inspirador, dos murais pintados.

¹⁸ O Museu da República é um museu nacional criado em 1960, no Rio de Janeiro. Entre 2018 e 2024, sob a direção de Mario Chagas, firmou o ponto como museu social. Em 2020, recebeu o Acervo Nosso Sagrado – conjunto de objetos das religiões afro-brasileiras confiscados pela polícia em terreiros da cidade, que hoje demandam por reparação de justiça. Duas pessoas artistas produziram grandes painéis em muros internos do jardim do Museu, a partir de referências desse acervo. Thiago Haule, em 2022, criou o muro de Oxum. Em 2024, Yaya Ferreira inaugurou o painel NZAZI. Os mesmos muros, nos anos de 2018 e 2019, foram pintados por estudantes do projeto Afrografeiras da Rede Nami.

¹⁹ A sugestão de usar uma fotografia do referido mural na capa do nosso dossiê nos chegou por intermédio da professora Monique Magaldi, a quem agradecemos com entusiasmo.

²⁰ A Casa Escrevivência é um projeto da escritora Conceição Evaristo, criado em 2023, localizada na “Pequena África”. A proposta é constituir um espaço de pesquisa sobre a literatura negra. Disponível em: <https://www.instagram.com/casaescrevivenciaoficial/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

A constelação do projeto NegroMuro, ao seu modo, constitui um grande roteiro de museu urbano. Trata-se de uma experiência de arte que, gradual e sistematicamente, vai se afirmando e se reconhecendo como um museu de amplo alcance social e territorial.

IV

No final do mês de março de 2025, Maria Helena Versiani e Mario Chagas, fomos convidados pelos editores da Revista Museologia e Patrimônio do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Unirio para construir um dossiê e participar do processo de retomada da revista. Com entusiasmo aceitamos o convite, e passamos a trabalhar na construção da proposta do dossiê. Foram muitas conversas entre os editores e os organizadores.

No final de abril de 2025, chegamos a um texto-proposta que acolhia trabalhos que contemplassem “as miradas nacionais e internacionais a partir da Museologia Social enfatizando as abordagens antirracistas, antimachistas, contracoloniais, afirmativas dos direitos humanos, do direito à diferença, do direito à memória, à cultura, à arte e ao museu”.²¹

Indicamos também que estávamos com as portas e as janelas abertas para receber os textos que tratassem das miudezas e dos inutensílios,²² bem como “da Museologia Indígena, da Museologia Quilombola, da Museologia LGBT+ e de outras museologias possíveis”.²³

O texto de nossa chamada pública também indicava que seriam bem acolhidos os artigos que tratassem da Educação Museal e por isso deixávamos evidente a nossa compreensão de que a denominada Educação Museal, seja ela qual for, “merece a nossa atenção crítica”.²⁴

Dessa compreensão, deriva-se o entendimento de que a Educação Museal “pode ser conservadora, conformadora e racista e até mesmo fascista e nazista”. Precisamos colocar tudo isso em debate: “que Educação Museal nos interessa? É possível trabalhar na direção de uma Educação Museal emancipadora? Temos exemplos? Como podemos contribuir para a valorização desta mirada?”.²⁵

A proposta do dossiê ainda sugeria um debate com o objetivo de esgarçar “as fronteiras entre Educação Popular, Educação Museal, Educação Patrimonial, Educação Ambiental e

²¹ Fragmento do texto da Chamada Pública deste dossiê.

²² “O poema é antes de tudo um inutensílio”. BARROS, Manoel de. *Arranjos para assobio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

²³ Idem Nota 21.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

Educação Artística” e colocar tudo isso em “diálogo com a Museologia Social, que também poderia ser denominada de Museologia Popular”,²⁶ e com outras áreas de conhecimento que valorizam a multidisciplinaridade e a multi-indisciplinaridade.

A nossa chamada pública previa ainda um possível núcleo de textos que viesse a tratar de outros e novos desafios para a Museologia Social e para a Educação Museal. Na ocasião, estávamos apontando na direção do imprevisto, da inovação social, da ocupação radical do aqui e agora.

Cabe ainda registrar que houve também alguma oposição à nossa proposta de dossier e um estapafúrdio movimento de boicote e intervenção (diga-se, em uma chamada pública divulgada por uma revista acadêmica de um programa de pós-graduação vinculado a uma universidade pública federal). Mas importa que o dossier foi longe em movimentar expressivo conjunto de pessoas autoras que decidiu submeter os seus artigos (e que artigos!), em canto de liberdade.

Nesse sentido, nós, os organizadores, Maria Helena Versiani e Mario Chagas, agradecemos também todo o apoio e confiança que Marcus Granato e Monique Magaldi depositaram em nosso projeto. Não esperávamos de vocês nada diferente disso. Por isso mesmo, seguimos na luta por uma museologia cada vez mais participativa, mais compartilhada, mais comprometida com a vida social em movimento, mais crítica e também autorreflexiva.

V

Nunca será demais lembrar que Gustavo Barroso, o pai fundador do Museu Histórico Nacional, criado em 1922, era um integralista militante, um ideólogo do fascismo à brasileira, um intelectual integralista e antissemita. Gustavo Barroso não foi o criador e o fundador do Curso de Museus, em 1932, atualmente conhecido como Escola de Museologia da Unirio. Ainda assim, não há nenhuma dúvida de que ele tenha tentado apagar a memória de Rodolfo Garcia que, a rigor, é o criador e o fundador do Curso de Museus. Mas também não há nenhuma dúvida de que Gustavo Barroso imprimiu a sua marca, a sua ideologia integralista ao Curso de Museus.

Essas referências deveriam ser suficientes para nos levar à compreensão de que o perigo do fascismo e do nazismo rondam o campo dos museus, dos patrimônios, da museologia, da museografia e das práticas de educação em museus, atualmente denominadas de Educação

²⁶ *Ibidem.*

Museal. Gustavo Barroso, a seu modo, também tinha um projeto pedagógico para os museus, a “pedagogia do dedo em riste”.²⁷

Em 1951, em seu livro “Introdução à técnica de museus”, publicado no Rio de Janeiro, pela Gráfica Olímpica, Barroso fez a seguinte sustentação:

Um museu não deve ser unicamente um necrotério de relíquias históricas, etnográficas, artísticas, folclóricas ou arqueológicas; mas um organismo vivo que se impõe pelo valor educativo, ressuscitando o passado nele acumulado. O conservador tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar (Barroso, 1951, p. 27).²⁸

É inegável que Gustavo Barroso tenha um projeto educativo para os museus, para o Curso de Museus e, especialmente, para o Museu Histórico Nacional. No entanto, a importância que ele concede ao papel educativo do museu não autoriza a compreensão de que ele estivesse sensibilizado e comprometido com processos educacionais que valorizassem a transformação social e a democracia, ao contrário.

O texto de Barroso anteriormente citado, examinado na tese da Mario Chagas (2009, p. 110), “parecia admitir que o museu pudesse ser um necrotério, desde que não fosse ‘unicamente’ isso, desde que se ‘impusesse’ com a pedagogia do dedo em riste, desde que evocasse e ‘ressuscitasse’ o passado”. A ideia de passado aparecia como alguma coisa boa em si, como alguma coisa dada, pronta e acabada. Nesse horizonte, não estavam incluídas as questões: para que e para quem evocar o passado? Que passado evocar? O que fazer com o passado evocado? Possivelmente, essas e outras questões não estavam em causa porque a resposta a todas elas deveria ser previamente conhecida e já teria sido apresentada por W. Deonna, diretor do Museu de Arte e História de Genebra, e assinada embaixo por Barroso: “O museu é um contrapeso, na nossa sociedade em desagregação, às forças incultas e destrutivas” (*apud* Barroso, 1951, p. 25).²⁹

O discurso da desagregação da família, da pátria, da religião e da sociedade; a defesa dos símbolos nacionais, como se defender símbolos, fosse sinônimo de defender a nação; a defesa de um passado mítico, idealizado e possivelmente épico, mesmo diante de eventos que nada de épico tenham; a crítica ao povo, ao popular, ao trabalhador que reivindica melhores

²⁷ A expressão tem a intenção de registrar o caráter autoritário, centralizador e personalista da perspectiva educacional barroseana. Ver CHAGAS, Mario. *A imaginação museal – Museu, memória e poder* em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram, 2009.

²⁸ BARROSO, Gustavo. *Introdução a técnicas de museu*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, vol. 1, 1951.

²⁹ BARROSO, *op. cit.*, 1951.

condições de vida e de trabalho, bem como aos professores e intelectuais que apoiam e participam dessas lutas e reivindicações, fazem parte dos fundamentos do integralismo.

Hoje, a Escola de Museologia do Centro de Ciências Humanas da Unirio tem uma posição crítica consolidada, por exemplo, no que tange aos crimes cometidos no passado em relação ao Acervo Nosso Sagrado e tem se colocado ao lado desse acervo, bem como a favor do Grupo de Gestão Compartilhada e está desenvolvendo projetos que, a rigor, contribuem para a reparação histórica. Porém, não é demais lembrar que nunca houve, que se conheça, por quase um século, uma palavra do Museu Histórico Nacional ou do Curso de Museologia, nem de qualquer outra instituição museal, contra a apreensão, o sequestro, o roubo dos objetos sagrados das religiões de matriz afro-brasileira pela polícia do Rio de Janeiro, no antigo Distrito Federal.³⁰ É evidente que se comprehende que os tempos eram outros, mas, ainda assim, é importante saber que havia um silêncio tácito das instituições museais e patrimoniais, bem como dos grupos sociais e econômicos hegemônicos em relação a este tema tão sensível. Desse silêncio não compactuavam, por exemplo, Abdias Nascimento³¹ e Jorge Amado³², cujos escritos e depoimentos denunciavam a perseguição religiosa.

Seguindo na mesma toada, vale registrar que os objetos do acervo atualmente denominado Nosso Sagrado, que hoje se encontram no Museu da República, foram utilizados em práticas educativas e pedagógicas pelo Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Essas práticas, muitas vezes sustentadas teoricamente na então denominada “polícia científica”, tinham um inegável caráter autoritário, racista e fascista.

VI

O filme *Arquitetura da destruição*, de Peter Cohen, documenta as frustrações de Hitler em relação ao campo da cultura e das artes visuais e a sua megalomania, o seu projeto de arquiteto da destruição que queria limpar e eliminar das artes visuais as influências bolcheviques, semitas e outras. Hitler queria também construir em Linz, a cidade onde cresceu, o maior museu de arte do universo. Para alcançar esse objetivo, obras de arte foram destruídas

³⁰ Ver OXUM, Mãe Menininha de; IANSÃ, Mãe Nilce de; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario. A chegada do Nosso Sagrado no Museu da República: “a fé não costuma faiá”. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (Editores). *SocioMuseologia: para uma leitura crítica do mundo*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021, p. 73-102.

³¹ Ver NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um Racismo Mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

³² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=KgsxWarT3Ls> Acesso em: 30/12/2025.

e queimadas e outras tantas roubadas e sequestradas para compor o acervo do museu nazista que, a rigor, tinha também seus planos estéticos e pedagógicos. O nazismo queria, a partir de sua ideologia autoritária e racista, fixar no mundo uma estética única e uma pedagogia igualmente única e, para alcançar esse objetivo, não deveria haver limite.

Mais ou menos cem anos depois da ascensão de Hitler vamos nos deparar com o retorno ou a tentativa de revitalização de seu ideário. Nesse sentido, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) é um bom exemplo brasileiro da ascensão da extrema-direita ao poder, trazendo consigo os espectros do integralismo, do fascismo à brasileira e mesmo do nazismo.

No dia 17 de janeiro de 2020, por exemplo, o Secretário Especial de Cultura do governo Jair Bolsonaro, o senhor Roberto Alvin, fez um discurso em cadeia nacional utilizando as mesmas ideias e, em boa parte do tempo, as mesmas palavras de Joseph Goebbels, intelectual nazista e ministro de Hitler dedicado à propaganda do ideário nazista. Para completar, a trilha sonora era uma música de Richard Wagner, idolatrada e capturada por Hitler e usada em comícios e eventos que promoviam a supremacia germânica.

Nessa mesma época, o senhor Roberto Alvin andou fazendo visitas inesperadas aos museus do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) no Rio de Janeiro e promovendo censura. A sua visita intempestiva ao Museu Histórico Nacional e a censura à placa de rua com o nome da vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, que estava em exposição, é conhecida ainda que não tenha sido divulgada.³³

A tentativa de intervenção e a intervenção e a censura concretas do governo Trump nas universidades e nos museus do Instituto Smithsonian, o maior e mais importante complexo de museus, educação e pesquisa dos Estados Unidos da América, deveriam nos deixar em estado de alerta. Não há dúvidas, de que o governo Trump está enamorado do fascismo em sua versão contemporânea, atualizada e potencializada pelas maiores e mais poderosas, e mais influentes e mais ricas empresas capitalistas do mundo, as denominadas Gigantes da Tecnologia ou simplesmente *Big Techs*.

³³ Pouco antes, a Exposição Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, inaugurada em 2017 no Santander Cultural de Porto Alegre, envolvendo dezenas de artistas e abordando a temática da orientação sexual e identidade de gênero, foi cancelada pela instituição, antes do previsto. O motivo alegado foram protestos de grupos conservadores que alardeavam que a mostra promovia a pedofilia e a blasfêmia. Na cidade do Rio de Janeiro, ainda em 2017, o então prefeito Marcelo Crivella também censurou a exposição, esperada no Museu de Arte do Rio. Foi então organizado um financiamento coletivo e a Queermuseu pôde ser vista no Parque Laje, alcançando, sob polêmica, extraordinária visitação.

VII

O Brasil Colônia foi um projeto escravista e racista, recriado no Império a partir da ideia invertida e infame de um país independente sustentado na escravidão. A abolição da escravidão não rompeu com o racismo. O Brasil República foi instituído sem promover o acesso à terra por parte da população pobre, majoritariamente negra, indígena e mestiça, que foi relegada para a terceira classe dos que não têm classe ou para a esfera da subalternidade. O direito à educação continuou sendo racializado e o direito à saúde por parte dos mais pobres foi frequentemente tratado como caso de polícia.³⁴

A República promoveu segregação política, social, econômica e cultural no Brasil. Perseguiu práticas culturais populares que fugiam ao sentido de uma civilização branca e europeia, que nunca existiu no Brasil. A expectativa das elites republicanas era o imbricamento “natural” e a valorização continuada das relações entre riqueza, educação, cultura e branquidade.³⁵

Nas primeiras décadas da República, ganhou força renovada no país o pensamento autoritário, em diálogo com a cena internacional mais ampla.³⁶ Entre os projetos de viés ultraconservador, em 1928 foi criado um Partido Nazista no Brasil, que durante uma década fez a defesa entusiasmada da supremacia racial branca e alemã, sendo a segunda maior organização nazista fora da Alemanha, somente atrás dos Estados Unidos.³⁷

Extremismos autoritários se articularam com a Ação Integralista Brasileira (AIB), organizada em 1932, objetivando uma intervenção no Estado. Estratégias nazifascistas de propaganda política foram acionadas, conferindo uma identidade para o Brasil forjada no reconhecimento e na admiração dos regimes autoritários de extrema-direita na Europa. A AIB, ao longo dos anos 1930, foi a maior organização política de massas no Brasil, e elegeu centenas de políticos.

Tal como nos movimentos nazifascistas europeus, a AIB organizou sua propaganda a partir de uma liderança única e messiânica, ao estilo do Führer alemão, ou o Duce italiano, com intuito de gerar uma autoridade de caráter religioso, baseado também na fé e na esperança. É evidente que outras figuras tiveram papel central no integralismo, como Gustavo Barroso e Miguel

³⁴ Ver ROGERO, Tiago. *Projeto Querino – um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Fósforo, 2024.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico dos fascismos (1922–2024)*. Recife: EDUPE, 2025.

³⁷ GOMES, Edgar da Silva et. al. *Os fascismos: processos histórico-Filosóficos do autoritarismo na extrema direita*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico dos fascismos (1922–2024)*. Recife: EDUPE, 2025, p. 33-59.

Reale, mas o cerne da propaganda deveria trilhar um caminho salvacionista que, por meio de um discurso baseado no fomento do pânico moral, político e ideológico, buscava apresentar Plínio Salgado como o único capaz de tirar o país do caminho da decadência e do “perigo” comunista (Fiorucci, 2025, p. 62).³⁸

Com o golpe do Estado Novo, em 1937, a AIB e todas as legendas partidárias foram extintas. O Congresso foi fechado e a centralização do governo autoritário de Getúlio Vargas persistiu até 1945. Porém, a força do Integralismo seguiu em movimento, influenciando um padrão de comportamento político.

O pós-1945 guarda formas atualizadas de fascismos, que Edgar da Silva Gomes *et al.* (2025)³⁹ tratam como “neofascismo”, embora considerando que nada mudou em sua essência, sendo aquilo que Umberto Eco denominou de “Ur-fascismus” (Eco, 1997),⁴⁰ em que o “ traço comum é o ódio mortal, intrínseco, a tudo que denominam de comunista, bolchevique, Esquerda, Esquerdapato, Petralha, Esquerdalha e outras formas de desabilitação política” (Gomes *et al.*, 2025, p. 41).

Em tempos recentes, é emblemático ver Jair Bolsonaro vestir a camisa para afirmar, sem dissimulação, em 2016, que o torturador Brilhante Ustra, que chefiou o DOI-Codi, a divisão de repressão e inteligência da ditadura, é um herói da pátria. Bolsonaro repetiu publicamente que deveriam ter havido muitos outros fuzilamentos de opositores no golpe de 1964. Quando da tentativa de golpe colocada em ação em janeiro de 2023⁴¹, a proposta incluía o assassinato de autoridades políticas e, conforme informações apuradas em conversas de WhatsApp pela Polícia Federal, foi mencionada a criação de Campos de Prisioneiros de Guerra (CGP), um tipo de campo de concentração para a extermínio de comunistas e da “petralhada”:

Esse traço antissocialista, antirrepublicano e antiliberal, no sentido da garantia dos Direitos Civis, é um traço permanente das diversas formas de fascismo, ontem e hoje. É nesse sentido que os fascismos jamais perderam

³⁸ FIORUCCI, Rodolfo. Ação Integralista Brasileira e propaganda política. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *et al.* (Orgs.). *Dicionário crítico dos fascismos* (1922–2024). Recife: EDUPE, 2025, p. 61-70.

³⁹ GOMES, *op.cit.*, 2025.

⁴⁰ A noção de ur-fascismo vem lembrar que diferentes formas de fascismos estão ao nosso redor, na atualidade. Ver ECO, Humberto. *Fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

⁴¹ A tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 envolveu a invasão ilegal do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. A estrutura física desses prédios públicos foi vandalizada, com a destruição de obras de arte e bens históricos de valor cultural inestimável. Após os ataques, em ação democrática, vários servidores públicos, autoridades políticas e voluntários deram início a um processo de restauração e revalorização do patrimônio danificado, com a retomada das atividades governativas. Todo o processo de recuperação do patrimônio depredado ficou documentado nos sites da Câmara Federal e do Senado.

seu conteúdo genocida, concentracionário e persecutório (Gomes *et al.*, 2025, p. 41).

Conforme a antropóloga Adriana Dias, o Brasil é o país onde, de forma alarmante, mais avançaram os grupos que fazem a apologia do extremismo de direita, unificando ideologias fascistas, nazistas e racistas. Dias identificou 334 núcleos extremistas, em 2019, por todo o país, e mais de 530 em 2021. Esses núcleos foram agrupados pela pesquisadora a partir das seguintes categorias: “Hitlerista/Nazista, Negação do Holocausto, Ultranacionalista Branco, Radical Catolicismo, Fascismo, Supremacista, Criatividade Brasil, Masculinismo Supremacia Misógina e Neo-Paganismo racista”.⁴²

É importante levar em conta as investigações do historiador Michel Gherman, que integra o Grupo de Pesquisa “Observatório da Extrema Direita”.⁴³ Gherman afirma que o Brasil é o país com maior crescimento de grupos que pactuam ideologias extremistas. Ele complementa: “Em nenhum país o neonazismo cresceu tanto quanto no Brasil. (...) As pessoas teimam em não entender as relações entre racismo e Holocausto. Elas acham que ele se restringe ao antisemitismo”.⁴⁴

Dados obtidos pelo Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil⁴⁵ apontam que, entre 2019 e junho de 2022, foram identificados 114 casos de apologia ao regime nazista, a partir de organizações que cultivam o ódio nas redes sociais.

Grupos neonazistas se apropriam de teorias apregoadas pelo abominável Hitler, aplicando atualmente conceitos de superioridade da raça e a discriminação de grupos específicos. Negam e relativizam o ato do holocausto e a perseguição aos judeus.

⁴² FIGUEIREDO, Janaína. Com mais de 530 células, concentradas no Sul e Sudeste, Brasil é o país onde extremismo de direita mais avança. O Globo, 27/02/2022. Disponível em: [⁴³ O Observatório da Extrema Direita é um Grupo de Pesquisa vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico \(CNPq\), que atua junto ao Laboratório de História Política e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. A proposta do grupo é monitorar e analisar a extrema-direita no Brasil e no mundo. Disponível Em: <https://www.oedbrasil.com.br/>. Acesso em: 25 nov. 2025.](https://oglobo.globo.com/brasil/com-mais-de-530-celulas-concentradas-no-sul-sudeste-brasil-o-pais-onde-extremismo-de-direita-mais-avanca-25411410#:~:text=Com%20mais%20de%20530%20c%C3%A9lulas,mais%20avan%C3%A7a%20%2D%20Jornal%20Globo. Acesso em: 24 dez. 2025.</p></div><div data-bbox=)

⁴⁴ Entrevista com Michel Gherman ao jornalista Joaquim de Carvalho. Blog Brasil 247, 18/02/2023. Disponível em: [⁴⁵ O Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil organiza informações e combate ações antisemitas e correlatas no Brasil. Disponível em: <https://www.observatoriojudaico.org.br/>. Acesso em: 25 dez. 2025.](https://www.brasil247.com/blog/em-nenhum-pais-o-neonazismo-cresceu-tanto-quanto-no-brasil-diz-o-historiador-michel-gherman. Acesso em: 25 dez. 2025.</p></div><div data-bbox=)

Não podemos esquecer do grupo Kombat RAC, chamado também de “Kombat Racial”. O termo “RAC” significa “Rock Against Communism” ou “Rock Contra o Comunismo”. Amplamente noticiado nas redes, em 2016 e 2017 o grupo assumiu atos infestos que, exaltando o supremacismo branco (sem que os seus integrantes tivessem o fenótipo tão apreciado) e armado com facas e machados, colou cartazes com frases antisemitas em postes e espaços públicos no centro da cidade de São Paulo, aos gritos de “Viva São Paulo” e “Fora povo judeu!”.⁴⁶

No Brasil, a apologia ao nazismo é crime de preconceito e racismo. O artigo 20 da Lei n. 7.716/1989, conhecida como Lei Caó, proposta pelo então deputado Carlos Alberto Caó, não deixa dúvidas de que é crime “Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo”.

Ainda assim, grupos e eventos são criados projetando “inimigos comuns”, explorando ressentimentos e o ódio contra judias e judeus e também contra palestinas e palestinos, mulheres, indígenas, negras e negros, nordestinas e nordestinos, a população LGBTQIA+ e outras populações ditas “inferiores” a par de um ideário supremacista.

VIII

Em tempos passados e recentes, vimos a permanência e o crescimento da propagação de representações simbólicas que desempenham papel fundamental na naturalização do extremismo de direita.

Entre os defensores e os detratores da democracia ficamos a ver e a amargar um campo ultraconservador que busca minar os mecanismos e práticas que sustentam o regime democrático.

Neste momento de luta e polarização política, o presente dossier intenta valorizar a Revista do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da Unirio, a formação acadêmica, os museus, a Museologia Social e a Educação Museal como domínios essenciais nos diálogos com a sociedade, fluentes e influentes em fortalecer a democracia e a participação cidadã.

⁴⁶ KAWAGUTI, Luis. Polícia de SP vê aumento de movimentação neonazista e identifica grupos. BBC News, 12/01/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-ve-aumento-de-movimentacao-neonazista-e-identifica-grupos-em-sp.ghtml>. Acesso em: 25 dez. 2025; FREITAS, Hindara. Justiça condena a prisão três integrantes de grupo neonazista. *Veja São Paulo*, 11/12/2022. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/justica-condena-a-prisao-tres-integrantes-de-grupo-neonazista/>. Acesso em: 25 dez. 2025.

Neste momento de luta e polarização política – repita-se – não basta aos museus e à Museologia Social e à Educação Museal não ser racista, fascista, machista, homofóbica ou transfóbica, é preciso ter a coragem de ser e lutar contra essas tendências que mobilizam afetos destrutivos e desorganizadores.

IX

Os artigos deste dossiê compõem um coletivo comprometido com a construção democrática no campo dos museus, com a diversidade cultural, social, e ainda de gênero e de raça. Participam deste dossiê 37 autores, incluindo duas pessoas organizadoras e duas editoras, além de revisoras e outras colaboradoras. Entre as pessoas autoras encontram-se indígenas, negras, mestiças e brancas, jovens e mais velhas, além de pessoas que participam das diferentes comunidades LGBTQIA+.

Este dossiê traz a marca da diversidade e da interseccionalidade e, por isso mesmo, existem muitos pontos ou muitas intersecções que nos unem. A luta pela democracia; a valorização e o respeito à diferença e à diversidade; a valorização dos afetos criativos e produtivos, incluindo entre eles, o amor, a amizade, a alegria; a compreensão de que a memória, o patrimônio, a museologia e o museu podem ser acionados a favor do bem viver, a favor da luta contra as injustiças sociais, contra as desigualdades de raça, de gênero, de classe e de cor. Com alegria este dossiê contribui para a abertura de novos campos de pesquisa. É nosso desejo que ele tenha serventia para estudantes de nível técnico, de graduação e de pós-graduação, bem como para profissionais que atuam nos museus, nas universidades e nas instituições de memória e patrimônio.

O nosso dossiê está organizado a partir de três eixos temáticos que se entremeiam; o primeiro conjunto de seis textos, abaixo apresentados, trata de experiências da luta social sem freio na Museologia Social e na Educação Museal.

O artigo de abertura é escrito por **Maria Amélia G. Souza Reis e Renata Mansu**. Nesse artigo, denominado **O Museu das Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila, Líbano: o lugar palestino do encontro**, as autoras destacam a relevância da Educação Museal realizada em um museu palestino na região de Chatila, no Líbano, voltado inteiramente para a afirmação das memórias de refugiados palestinos que enfrentam, entre outras violências, práticas fascistas de extermínio em massa.

O artigo seguinte denominado **Educação Museal na perspectiva afro-brasileira, sob as benções dos orixás**, escrito por **Vânia Brayner, Marialda Jovita Silveira e Marileide Alves**, aborda a experiência de dois museus comunitários, o Museu Guitinho da Xambá e o museu territorial Ilê Lailai Ignez Mejigã, localizados, respectivamente, em Pernambuco e na Bahia. As autoras acompanham as relações desses museus com o Candomblé e o combate ao racismo e demais formas de preconceito social.

O artigo de **Cláudio de Paula Honorato**, intitulado **Pedagogia da Reparação: as ações educativas do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos como Mecanismo de Luta Antirracista e Ressignificação da Memória na Pequena África**, apresenta um conjunto de ações educativas realizadas no Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), localizado na zona portuária do Rio de Janeiro. A par de uma “pedagogia da reparação”, memórias do horror da escravidão são ressignificadas como história de resistência, resiliência, luta por liberdade, justiça e superação.

O artigo ‘**Eles rasgam uma, nós fazemos cem**’: A musealização da placa Rua Marielle Franco e os desafios de uma Educação Museal Antirracista para as Relações Étnico-Raciais, de **Valdemar de Assis Lima e Clovis Carvalho Britto**, discute a Educação Museal como ferramenta de letramento racial, estratégica no enfrentamento do racismo e da segregação que se expressa na intersecção de diferentes marcadores sociais.

No artigo **Museu Vivo do São Bento - Museologia a Contrapelo, Uhelinton Fonseca Viana** traz a experiência de um ecomuseu de percurso localizado no município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, que tem por princípio intervir para a transformação democrática da vida social, ambiental, econômica e cultural no território em que está inserido.

Alberto Luiz de Andrade Neto apresenta o artigo **A imaginação museal de Sandra Benites: sobre a indigenização do pensamento museológico contemporâneo**. O autor distingue a trajetória da indígena Sandra Benites, especialmente as suas investidas no campo da museologia que reivindica o reconhecimento e o respeito às práticas culturais indígenas.

O segundo conjunto de artigos que tripulam este dossiê perfaz quatro textos que apontam caminhos metodológicos de ação e de pesquisa, fazendo valer o campo museal em movimento, em relação e em perspectivas diversas.

O artigo **Por uma Educação antirracista e emancipatória: o papel dos museus afro-brasileiros**, de **Deborah Silva Santos e Kátia Silene Souza de Brito**, firma a importância do

movimento negro para a imaginação e a consolidação de projetos educativos museais emancipadores.

No artigo **Corazonar com imagens do Museu Virtual Surrupira de Encantarias Amazônicas: dados visuais como método de pesquisa em educação**, Gisele Nascimento Barroso, Diogo Jorge de Melo e João Colares da Mota Neto discutem, em perspectiva decolonial, o lugar da imagem no Museu Virtual Surrupira de Encantarias Amazônicas, como um elemento potente de pesquisa, que acessa o sensível e a espiritualidade em ações educativas de memória.

Ângelo Emílio da Silva Pessoa, no artigo **O Museu ‘achado na rua ou no rio’: reflexões em torno de experimentos docentes**, desenvolve sobre o fazer histórico que “pega a visão” de vivências museais e patrimoniais nas ruas e nos rios da cidade de João Pessoa e arredores, no estado da Paraíba.

O papel da animação cultural como lugar de rememoração e educação em uma escola de tempo integral nos anos de 1980 no bairro do Catumbi, de Jenessis Genúncio, discorre sobre o desenvolvimento de práticas educativas extracurriculares e antirracistas, realizadas no campo das Artes, no CIEP Avenida dos Desfiles/Passarela do Samba, no bairro do Catumbi e em seu entorno, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1984 e 1987. O projeto é apresentado como uma oportunidade para que as pessoas que compõem as classes populares da região ressignifiquem as percepções de si e do seu lugar de pertencimento.

Concluindo o dossiê, um conjunto de nove artigos planta e semeia reflexões sobre a trajetória e a institucionalização da educação em museus, entre outras entradas e saídas museais.

Moisés Correa da Silva e Ana Luiza Teixeira Neves são o autor e a autora do artigo **Entre máscaras, esculturas e memórias: a Educação Museal como horizonte crítico para o ensino da história da África**. Analisam o potencial dos museus como espaço político de memória e de construção simbólica. Destacam a importância da Educação Museal que atenta para as singularidades de diferentes nações africanas, questionando hierarquias e narrativas históricas hegemônicas.

Karlla Kamylla Passos, Brune Ribeiro da Silva e Lucas Inocencio Almeida, no artigo **Mapas do Silêncio: Quem Conta a História da Educação Museal no Brasil?**, problematizam a Educação Museal que, no Brasil, no campo dos marcadores sociais, ainda opera com silenciamentos estruturais.

Jean Tiago Baptista, Antônia Kanindé e Thalyta Sousa são autoras do artigo **Relações possíveis entre Museologia LGBTQIA+ e Museologia Indígena: o que a Educação Museal tem a ver com isto.** Destacam o compromisso da Educação Museal emancipadora, na perspectiva de uma Museologia LGBTQIA+ Indígena.

Dory Castillo Garriga, Alina Jimenez e Gricell Santana Sarduy, no artigo **Miradas desde Cuba a la sociomuseología, la interpretación y la educomunicación del patrimonio cultural y natural**, fazem apontamentos críticos à gestão do patrimônio cultural e natural em Cuba, tendo em vista aprimorar um serviço público inclusivo sustentável.

Francisco Rosa é o autor do artigo **Pinacoteca do IHGAL: obra de fricção**, que coloca em discussão as formas de organização e de disposição expográfica das coleções do Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), visando construir uma articulação do Instituto com os detentores culturais dessas coleções.

Marina Mafra, Sarah Braga e Nathália Lardosa, no artigo **Museologia Social e o Potencial Contracolonial dos Museus**, afirmam a importância da Museologia Social como instrumento de enfrentamento das estruturas dominantes hegemônicas e trazem exemplos de práticas museológicas sociais de grande relevância.

O museu social: o acontecer da memória no ato de expor, artigo de **Pedro de Souza**, ressalta especificidades dos museus sociais, trazendo como estudo de caso o lugar da mediação em processos museográficos e expográficos no Museu das Remoções, na cidade do Rio de Janeiro.

Silmara Küster de Paula Carvalho, no artigo **Conservação participativa na perspectiva da Museologia Social**, projeta a viabilidade do trabalho da conservação museológica de base transdisciplinar e participativa, abertamente crítica aos métodos ainda vigentes neste campo em museus conservadores.

João Lorandi Demarchi e Simone Scifoni, autor e autora do artigo **Patrimônio e educação como práticas da liberdade: a potencialidade dos Inventários Participativos**, analisam o campo do patrimônio cultural, apontando para as formas excluidoras na seleção dos bens tombados, para a possibilidade de uma educação patrimonial como prática de liberdade e traçando caminhos para o enfrentamento deste espinhoso e longevo problema.

O dossiê **Museologia Social e Educação Museal: a favor de um novo imaginário escovado a contrapelo** transformou-se em uma peça de reflexão democrática antes mesmo de ser publicado. Agora é o verão no apogeu da primavera⁴⁷ ou a primavera no apogeu do verão.

Desejamos as boas-vindas, às autoras, aos autores, às leitoras, aos leitores, às ideias, propostas, críticas e memórias valorizadas em cada fragmento deste dossiê; que seja bem-vindo este novo espaço de escrita, escuta e debate.

No início desta apresentação pedimos a benção à Conceição Evaristo e a três outras mulheres que são suas parentas ou crias. Não pedimos a benção à toa. Pedimos a benção conscientes de que não há possibilidade de realizarmos um trabalho de Museologia Social e Educação Museal sem o concurso das energias criativas, das energias geradoras e plasmadoras de novos mundos. A Museologia Social e a Educação Museal, quando não estão capturadas pelos interesses corporativos e pequeno burgueses, quando não se deixam subsumir pelos jogos vorazes do capital, podem ser criativas, imaginativas e geradoras de novas possibilidades, de novas musealidades e propostas de musealização e patrimonialização.

Nêngua Kainda é a nossa ancestral e, nesse sentido, é passado, presente e futuro. Em certa medida, ela é a Senhora do Tempo. Sem ela perdemos o tempo das coisas, perdemos a sabedoria e a possibilidade de conexões e reconexões. É ela quem nos guia e nos orienta, mesmo quando não a conhecemos.

Maria Vicêncio e Ponciá Vicêncio são mãe e filha. Há entre elas um elo indissolúvel. Talvez elas sejam as raízes, as cores, a imagem e o arco do arco-íris. Não sabemos e talvez nunca venhamos a saber. Ainda assim, importa saber e reconhecer que Maria e Ponciá guardam em si a essência da criatividade, da imaginação criativa, da poesia, da arte. Essas duas mulheres artistas contribuem para a transformação do mundo. Há entre elas amor, morte, amizade, ternura, dor e desejo irreprimível de criação. Elas não podem viver sem criar. Os dedos sangram quando elas não criam. A Casa na Roça onde viveram e cresceram Ponciá e Luandi (irmão de Ponciá e filho de Maria) bem poderia ser um Ponto de Memória, um Ponto de Cultura, um Museu de Cultura Viva, um museu social que, sem ser submisso, fosse insurgente; um museu que fosse amparado por uma política pública consequente, que não desejasse subalternizar e colonizar aqueles que não são colonizáveis.

Afinal de contas, foi das mãos de Ponciá e Maria Vicêncio que nasceram do barro do rio próximo da Casa da Roça milhares e milhares de obras de arte (e elas nem pensavam nisso) que

⁴⁷ A frase é de Gilberto Gil, um trecho da letra de *Super-Homem*, composta em 1979.

passaram a habitar e a ocupar o espaço de muitas e muitas casas e passaram a fazer parte de coleções (sabe-se lá de quem) até fazerem parte de uma exposição de arte, de uma exposição museal.

Há no romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, lições possíveis de Museologia Social e Educação Museal e um bom diálogo com o nosso dossiê.

Boa leitura e aquele abraço!